

ESTUDO

Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo

RESULTADOS PRELIMINARES

Situação laboral
Expectativas
Rotinas
Deontologia
[25/06/2020]

MAIO/JUNHO 2020

Uma parceria entre a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas, a Sopcom, o Ceis20, da Universidade de Coimbra, o ICS e o CAPP da Universidade de Lisboa, e o CECS, da Universidade do Minho

INVESTIGADORES

Carlos Camponez - João Miranda - Joaquim Fidalgo
José Luís Garcia - José Nuno Matos - Madalena Oliveira
Paulo Martins - Pedro Alcântara

O inquérito “Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo” foi elaborado por uma equipa de investigadores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, do Instituto de Ciências Sociais e do Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa, e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em parceria com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Com o objetivo de avaliar o modo como a Declaração do Estado de Emergência por seis semanas consecutivas terá afetado a situação laboral dos jornalistas em Portugal, este inquérito foi desenvolvido na plataforma LimeSurvey (em conta baseada no servidor do CECS/UM) e enviado a todos os jornalistas com título profissional, a partir da base de dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas. O questionário esteve disponível entre os dias 25 de maio e 8 de junho.

De acordo com os dados extraídos no dia 9 de junho, responderam ao inquérito **890 jornalistas** que representam 13,33% do total de jornalistas registados (6.678) na Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas.

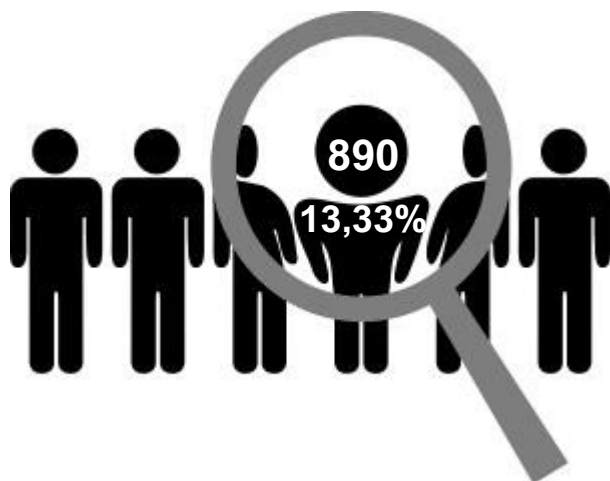


Tabela 1: Total de respostas registadas na plataforma LimeSurvey até ao final do dia 8 de junho de 2020

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Dos 890 respondentes, 567 são homens e 323 mulheres. A distribuição da amostra por género é muito próxima da distribuição global do total dos jornalistas portugueses. Dos 6.678 jornalistas, 63,31% são homens e 36,67% são mulheres. Na amostra, a distribuição tem uma variação mínima de décimas: 63,7% são homens e 36,3% são mulheres.



A média de idade dos respondentes é de **47 anos**, variando entre os 19 e os 83 anos.

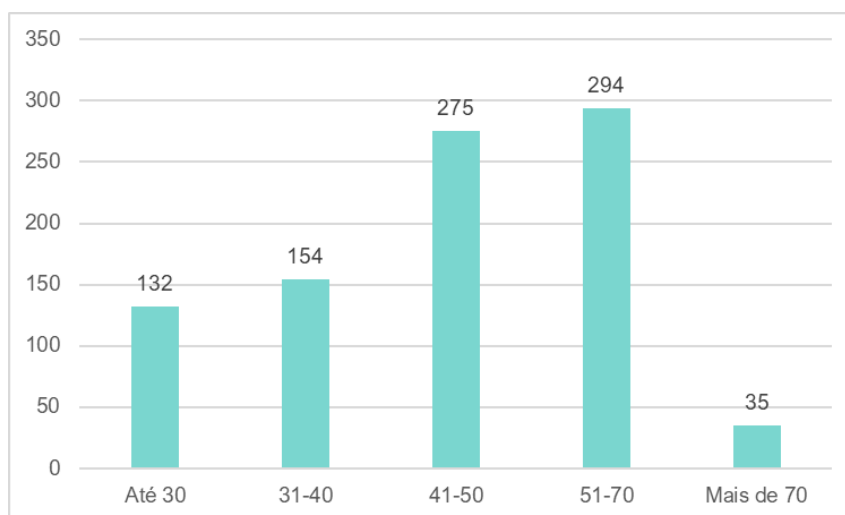


Gráfico 1: Distribuição dos respondentes por grupos etários

Relativamente à categoria de título profissional, tal como no universo dos jornalistas, também no conjunto de respondentes, a maioria (77%) é titular de Carteira Profissional de Jornalista.

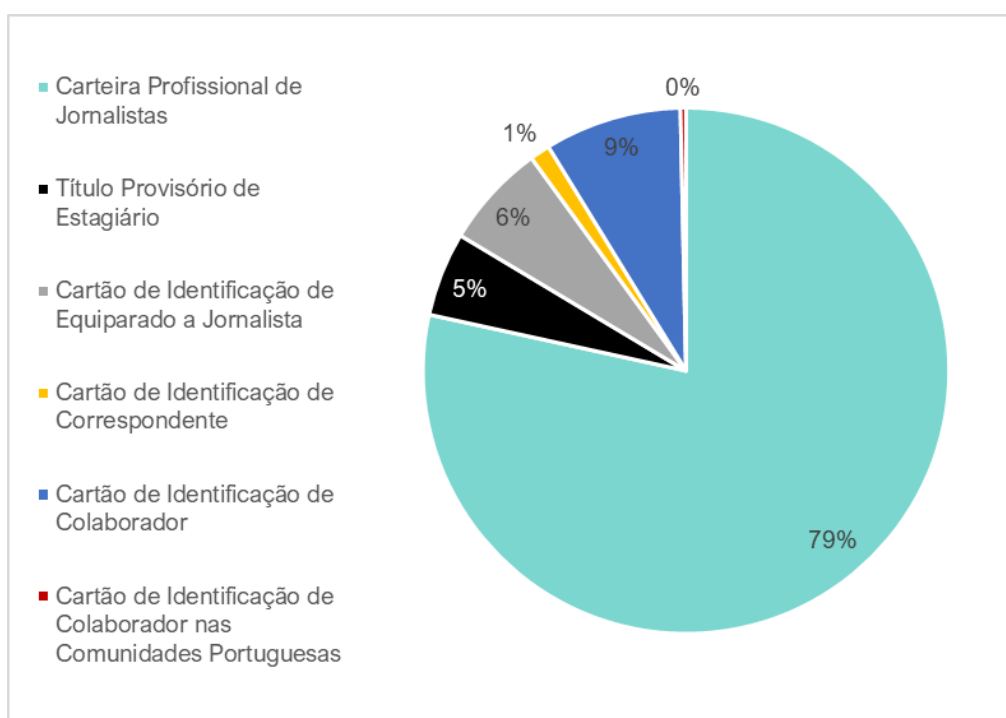


Gráfico 2: Distribuição dos respondentes por título profissional

A maioria dos 799 jornalistas inquiridos, a exercerem a actividade respondeu trabalhar no setor da imprensa (48,06%). Note-se que, para efeitos desta percentagem se devem descontar os jornalistas que, tendo título profissional, declararam não ter atividade na profissão.

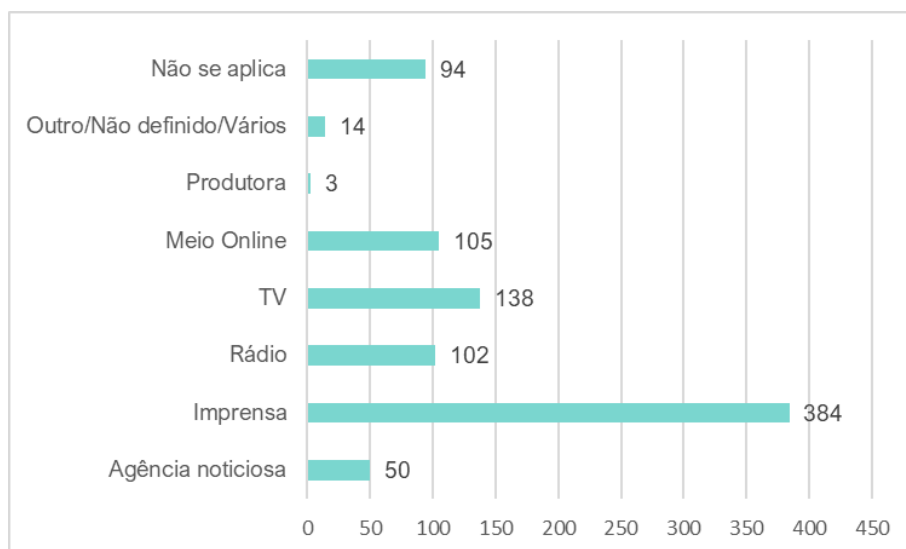


Gráfico 3: Distribuição dos respondentes por tipo de órgão de comunicação

Se se atender às habilitações académicas, deve assinalar-se que 39,21% a maioria dos respondentes tem licenciatura ou grau equivalente e que apenas 17,53% não frequentou nem concluiu o ensino superior.

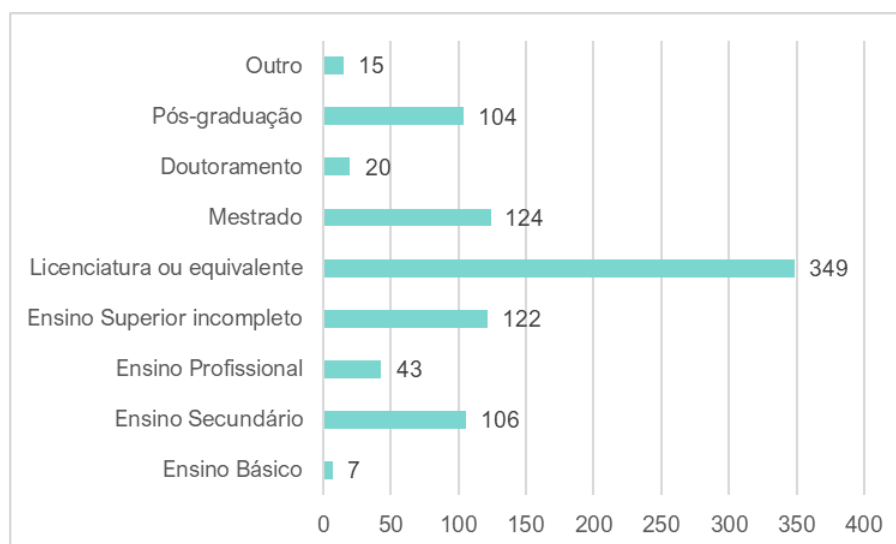


Gráfico 4: Distribuição dos respondentes por habilitação académica

Dos 890 respondentes, 799 (89,8%) declararam ter atividade de jornalista (principal ou secundária) no momento da Declaração do Estado de Emergência. Estavam desempregados 28 profissionais; estavam reformados 35 e 28 exerciam outra atividade profissional.

Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

do Relatório Preliminar

O relatório preliminar do estudo sobre os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo tem por base quatro áreas nucleares: a situação laboral; as expectativas relativamente à profissão; a alteração das rotinas jornalísticas dos profissionais; e as questões éticas e deontológicas que os jornalistas inquiridos identificaram como mais sensíveis na cobertura dos acontecimentos durante a DEE.

I. SITUAÇÕES LABORAIS E SALARIAIS

Os resultados preliminares do estudo sobre os efeitos da Covid-19 e da Declaração do Estado de Emergência (DEE) no jornalismo, com respostas válidas de 890 jornalistas, realizado em Portugal entre 25 de maio e 8 de junho, revela que os salários de uma percentagem significativa dos jornalistas inquiridos ou dos seus agregados familiares sofreram alterações. Também a relação contratual de alguns jornalistas com a empresa onde trabalham ou trabalhavam se alterou neste período.

- ⊙ 23% dos inquiridos afirmaram que o valor bruto do salário se alterou durante a DEE;
- ⊙ se tivermos em conta a remuneração total do agregado familiar a percentagem sobe para 33%;
- ⊙ 15,5% dos jornalistas inquiridos disseram que a sua situação laboral se alterou;
- ⊙ Dos 15,5%, 11,1% correspondem a situações de *lay-off*;
- ⊙ Entre os jornalistas que viram a sua situação laboral ou salarial alterada, 74% auferem menos de 1 000 euros.

II. EXPECTATIVAS DOS JORNALISTAS

As respostas dos 799 inquiridos que têm o jornalismo como atividade principal ou secundária permitem perceber que, após a DEE, as suas expectativas acerca do futuro da profissão baixaram significativamente:

- ⊙ aumentou a perceção sobre a probabilidade de perder o emprego a curto prazo;
- ⊙ baixou a perceção sobre a probabilidade de encontrar um novo emprego no jornalismo, se se estivesse numa situação de desemprego;
- ⊙ aumentou o número de jornalistas que admite a probabilidade de deixar de exercer a profissão a curto ou médio prazo;

III. ROTINAS PRODUTIVAS

De uma forma geral, o cenário identificado pelos inquiridos aponta no sentido de as redações e a forma de trabalhar a informação terem sofrido um impacto direto das condições de exercício da profissão num contexto de estado de emergência.

- ⊙ 68,9% dos jornalistas inquiridos referem que a redação não foi o seu local habitual de trabalho;
- ⊙ os jornalistas tiveram de recorrer a outras tecnologias para contacto com as fontes de informação e para a produção de informação;
- ⊙ o número de jornalistas inquiridos que deixaram de sair em reportagem aumentou depois da DEE;
- ⊙ os temas relacionados com a Covid-19 tiveram um peso esmagador no conjunto de matérias que os jornalistas inquiridos trataram durante a DEE.

IV. DEONTOLOGIA

A maioria dos jornalistas inquiridos respondeu afirmativamente à pergunta sobre se o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício da profissão.

- ⊙ 56,7% dos respondentes afirmam que a cobertura da DEE colocou questões deontológicas particulares;
- ⊙ os jovens até aos 30 anos, os estagiários e os profissionais com menos de dois anos de trabalho estão entre o grupo de profissionais mais críticos, assim como os profissionais que auferem mais de 2.500 euros mensais;
- ⊙ 80% dos jornalistas identificam o rigor da informação como a questão ética e deontológica mais sensível na cobertura dos acontecimentos durante o estado de emergência.

Os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo

Visão Geral

Relatório Preliminar

Um estudo realizado por uma equipa de investigadores das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Minho revela que a Declaração do Estado de Emergência e as medidas de contenção à Covid-19 tiveram efeitos sobre a situação laboral, as rotinas profissionais e as expectativas dos jornalistas em Portugal. De acordo com os resultados preliminares do inquérito a que responderam 890 jornalistas, entre 25 de maio e 8 de junho, o salário bruto sofreu alterações para quase um quarto dos profissionais. Se se tiver em conta a remuneração total do agregado familiar, a Declaração do Estado de Emergência afetou mesmo um terço dos jornalistas.

De acordo com os mesmos dados, 15,5% dos jornalistas inquiridos disseram que a sua situação laboral se alterou, sendo que em 11,1% dos casos falamos de processos relacionados com o *lay-off*. Os profissionais mais afectados (74%) auferem menos de 1.000 euros mensais.

Reduzidas expectativas sobre a profissão

O estudo – realizado numa parceria entre centros de investigação da Universidade de Coimbra, do Minho e de Lisboa, o Sindicato de Jornalistas, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e a Associação Portuguesa das Ciências da Comunicação – revela também que a situação por que passaram os média durante a DEE terá provocado um enfraquecimento das expectativas relativamente à profissão. Aumentou o número de profissionais que sentem os seus empregos ameaçados e o número daqueles que consideram mais provável a possibilidade de abandonarem a profissão a curto ou médio prazo.

Se compararmos os dados referentes ao período antes e depois da DEE, verifica-se que as respostas sobre as expectativas profissionais dos jornalistas são substancialmente mais negativas em quase todos os parâmetros estudados pelo inquérito. A percentagem dos inquiridos que consideravam a probabilidade de perder o emprego como “Muito Alta” passou de 0,90 %, antes da DEE para 11,6% depois da DEE, e como “Alta” de 4,5% para 15,4%.

Esta visão negativa sobre o mercado de trabalho adensa-se ainda mais se tivermos em conta que as expectativas, entre os inquiridos, de encontrar um novo emprego no jornalismo se reduziu significativamente. Para 51,6% dos respondentes, a probabilidade de encontrar novo emprego era “Baixa” ou “Muito baixa” antes da DEE. No cenário depois da DEE estas opções reuniram no conjunto 83,5% das respostas, tendo aumentado para 63,2% a percentagem dos que passaram a considerar “Muito Baixa” a probabilidade de encontrar emprego no jornalismo.

Estes números poderão explicar por que razão o número de jornalistas que admitem a probabilidade de mudar de profissão aumentou substancialmente depois da DEE. A percentagem dos respondentes que consideram a possibilidade de abandonar o jornalismo como “Muito Provável” subiu de 3,5% para 14,3%; e entre os que admitiam essa possibilidade como “Provável” encontramos 23,7% dos respondentes antes da DEE, que passaram a ser 30,7% depois da DEE.

Rotinas produtivas alteradas

De uma forma geral, o cenário identificado pelos inquiridos aponta no sentido de as redações e a forma de trabalhar a informação terem sofrido um impacto direto dos efeitos resultantes da DEE. Depois da DEE, 59,9% dos jornalistas passaram a trabalhar a partir do seu domicílio. A televisão e a rádio são os média em que os jornalistas inquiridos mais referem trabalhar predominantemente na redação: se antes da DEE as redações eram o principal local de trabalho para 81,9% dos jornalistas inquiridos dos média televisivos e de 77,5% dos de rádio, durante a DEE, continuaram a sê-lo, embora com percentagens mais reduzidas: 47,8% e 36,3%, respetivamente.

O trabalho a partir de casa implicou adaptações no uso das tecnologias de contacto com as fontes e de tratamento da informação. O telefone é o meio mais usado pelos jornalistas para contactar as fontes de informação, quer antes quer depois da DEE. Porém, o recurso a meios telemáticos de comunicação, sobretudo, através de plataformas de videoconferência, como o Skype ou o Zoom aumentou substancialmente durante o período de confinamento. Para além disso, 30,8% do total de inquiridos admitem que, durante a DEE, teve também de adotar novos recursos tecnológicos para o desenvolvimento do seu trabalho.

O confinamento limitou a possibilidade de saída dos jornalistas. Se antes da pandemia apenas 10,3% dos respondentes diziam não sair habitualmente em trabalho de reportagem, esse número passou para 30,1%, durante a DEE.

Um elemento paradigmático relaciona-se com o volume de conteúdos noticiosos tratados: do total dos inquiridos, 35,3% estimam que as questões relacionadas com a Covid-19 tiveram um peso de 75% no conjunto de matérias que trataram durante a DEE; 26,1% admitem mesmo que esses assuntos assumiram um peso de 100% do total do trabalho desenvolvido.

Deontologia: questões de rigor

Mais de metade dos jornalistas inquiridos tem uma reflexão crítica sobre trabalho realizado durante a DEE. Dos respondentes, 56,7% afirmam que o contexto resultante da DEE colocou questões deontológicas particulares no exercício do jornalismo.

Esta perceção é mais alta entre os jovens, que têm até 30 anos (65,9%), os estagiários (65,2%) e os que têm até dois anos de profissão (65%). Esta perceção é partilhada também, com percentagens elevadas, pelos inquiridos que auferem mais de 2 500 euros mensais (63,9%).

Entre os valores e procedimentos que mais foram postos em causa na cobertura jornalística do Estado de Emergência o “Rigor” é claramente o mais indicado, reunindo 80% dos

inquiridos. Segue-se o tema “Fontes de Informação” que assume um lugar de destaque entre os profissionais que fazem do jornalismo a sua principal atividade (47,2%). Os resultados referem também uma particularidade no que toca aos jornalistas de agências noticiosas abrangidos pelo inquérito. Eles são os únicos em que a dimensão do rigor não surge destacada em relação a outros aspetos deontológicos: os jornalistas de agências noticiosas identificam em percentagens iguais (70,4%) o rigor e as fontes como aspetos sensíveis da cobertura jornalística durante a DEE. Destaque-se também o facto de metade dos jornalistas que só trabalham em plataformas online indicarem as dimensões referentes ao “contacto com fontes e testemunhas” como a segunda dimensão ético-deontológica que mais terá sido posta em causa, na cobertura dos acontecimentos durante o estado de emergência.

CONTACTOS INSTITUCIONAIS:

Carlos Camponez: 969 513 878
José Luís Garcia: 964 154 337
Madalena Oliveira: 966 522 531
Paulo Martins: 966298373